

## Nacionalismos e Iberismo na Formação dos Sistemas de Ensino Peninsulares

Justino Magalhães

Universidade de Lisboa

justinomagalhaes@ie.ul.pt

1. Quando aceitei participar neste Encontro denominado “Exílios e Viagens: ideários de liberdade e discursos educativos Portugal-Espanha, século XVIII-XX”, com uma comunicação sobre as relações ibéricas na 1ª metade do século XIX, vieram-me à mente os depoimentos de Victor de Sá<sup>1</sup>, que previne que só a partir dos primeiros anos da década de cinquenta do século XIX surgem sinais de interação e de superação do longo silêncio subsequente à Guerra da Restauração, e que, iniciada com a geração de 1852, essa circulação de ideias tendeu para uma federação ibérica republicana e socialista.

Não necessariamente no contraponto, mas abrindo um outro horizonte de observação, os registos da História de Portugal, relativos à luta contra os franceses e à Guerra Civil, reportam a uma factologia em que a animosidade contra os franceses levou os batalhões portugueses (alguns de organização popular) a frequentes incursões em território espanhol, perseguindo e dando curso a um anti-iberismo. Tal clima teria, em algumas circunstâncias, sido estimulado pelo catolicismo ibérico em ofensiva ao jacobinismo. No âmbito desta rivalidade, toma relevo a denúncia das tentativas de coalizão entre Madrid e as Potências da Santa Aliança (Áustria, Rússia, França) para instaurar o absolutismo e recuperar o domínio sobre Portugal. Teriam sido frequentes as tentativas de bilateralismo França/ Espanha para: combater a Inglaterra; recuperar o domínio sobre Portugal e o seu império, particularmente o Brasil recém-independente; assegurar o regime colonial na América do Sul. Desse mal-estar foram vítimas os exilados portugueses de 1828.

Há um terceiro elemento que é o da Modernização Ibérica, no quadro da nova ordem económica e política, de que resultou manifesta a dificuldade portuguesa em proceder a reformas estruturais em tempo e na escala oportunas. Houve um vai-vém de nacionalismo e iberismo, mas foram as Nações-Estado que vingaram, sendo a formação dos sistemas escolares nacionais uma forma de o comprovar.

Tudo aconteceu num quadro histórico mais amplo. As Invasões Napoleónicas prolongaram na Península os ideais de Liberalismo e de Revolução, iniciados em 1789; estão na origem de um novo regime político assente na aliança Estado-Nação. Na sequência da derrota de Napoleão em Waterloo, as potências vencedoras estabeleceram uma Convenção como forma de conter o clima revolucionário e restaurar as monarquias absolutas na Europa. Foi a primeira confederação do Norte contra o Sul. Na Europa mediterrânica, a Revolução Liberal veio a ficar associada à independência política, à construção dos Estados-Nação, ao fomento económico e cultural, transformações que ocorreram na primeira metade do século XIX. Como adverte Joel Serrão:

*É numa Europa conjunturalmente apaziguada, após o maremoto da Revolução Francesa e suas prolongadas e ressurgentes sequelas, que a*

---

<sup>1</sup> Sá, V., *Perspectivas do Século XIX* (2ª ed.). Porto: Limiar, 1976, p. 210-216.

Sá, V., *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)* (3ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte, 1978, p. 284-287.

*Península Ibérica (Espanha, em 1812 e 1820, Portugal, em 1820), a Itália (Nápoles, em 1820) e a Grécia (1821) despertam para a experiência política da liberdade, inseparável, aliás, da assunção revolucionária das virtualidades das respectivas nações como Estados ou a criar ou a renovar. Deste modo, ali, como alhures, liberalismo e nacionalismo deram-se as mãos e fundiram-se numa generalizada esperança de autonomia, sentida e pensada como condição da ruptura com o passado imediato, ao qual eram atribuídas as responsabilidades directas da mesquinhez do presente<sup>2</sup>.*

Eric Hobsbawm referiu-se ao longo ciclo 1789-1848, como *A Era das Revoluções* ou a *grande revolução*, designação que também admite para caracterizar a «sublevação gémea» ocorrida na Grã-Bretanha e em França e que se propagou ao mundo inteiro<sup>3</sup>. Foi um tempo assinalado por fenómenos de transversalidade e estrangeirismo, invasões, guerras-civis, exílios e emigração. Em Portugal, enquanto os estrangeirados, notáveis na segunda metade do século XVIII e na primeira geração Liberal, procuraram introduzir mudanças vindas do exterior, os exilados tenderam a interpretar e incorporar a mudança desejada, aproximando Portugal, como Estado-Nação, da Europa Romântica, Liberal e moderna. Senhores de capital financeiro, desejosos de investir e inscrever o seu nome no processo de modernização, os emigrados, cujo peso foi mais notório a partir da segunda metade do século XIX, tornaram efectivas algumas transformações estruturantes, designadamente na rede viária, na urbanização do mundo rural, na escolarização, na filantropia, revitalizando o municipalismo.

2. A historiografia tende a reconhecer aos exilados uma percepção antecipada e assertiva da evolução em devir. Por contraste, os emigrados representam a nação pobre e madrastra, ávida de ingressos financeiros, fertilizantes e rejuvenescedores. Aqueles prefiguram a negação do horizonte esperado; estes comportam o horizonte desejado, incorporam a crise, sofrem com a ausência de oportunidade, mas são a esperança. Em tal quadro, os estrangeirados tendem a capitalizar o discurso da salvação, importando o modelo externo. Decorrente da Revolução Liberal, a situação de guerra-civil foi recorrente. No campo da educação, estava em curso a construção da nação escolar. Neste clima de convulsão, com perseguição e fuga, nas distintas conjunturas, pode perguntar-se se os exilados portugueses da primeira metade de Oitocentos terão tido consciência do processo em curso e em que medida protagonizaram a mudança. Terão assumido as circunstâncias do seu tempo e percebido o que estava em causa?

Estrangeirismo/ exílio/ emigração é um dos eixos historiográficos para conhecer e interpretar o desenvolvimento do século XIX. A cada um destes segmentos correspondeu um ciclo de transformação, um agenciamento, enfim, um projecto histórico.

Ainda que a primeira metade do século XIX tenha resultado da intersecção destes três grupos, o primeiro Oitocentismo português ficou assinalado por um ciclo de estrangeirados e por um ciclo de exilados. A partir de meados do século, com o movimento da Regeneração, o ciclo de emigrados tornou-se mais notório. Estes ciclos respeitam à história no seu todo, mas aqui interessam sobretudo na construção da nação escolar. Agregando, no essencial, o núcleo de exilados, o que mais releva e distingue a Geração Romântica/ liberal é a tomada de consciência por parte dos seus membros de que podiam e deveriam intervir na sociedade; que

<sup>2</sup> Serrão, J. *Democratismo versus Iberalismo*. In Pereira, M. H.; Sá, M. Fátima Sá e Melo Ferreira, M. F. S. M.; Serra, J. B. (org.), *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX* (1º volume). Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981, p. 3.

<sup>3</sup> Hobsbawm, E., *A Era das Revoluções 1789-1848* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 10

não só era possível, como necessário fazê-lo, tendo em atenção uma nova racionalidade do tempo histórico e a inevitabilidade de um Contrato Social, de alcance nacional, que tornasse viáveis a Revolução Liberal e o progresso. A tradição poderia e deveria ser convertida em história e ideário nacionalista, que, dando curso à língua nacional associada à modernização económica e administrativa, constituíam o fundamento do Estado-Nação. A sociedade poderia ser desejada/ imaginada, como sucedia com outras sociedades, em circunstâncias análogas<sup>4</sup>. O presente deveria ser tomado como tempo/ construção, reificando um projecto político através da(s) guerra(s) e da revolução e firmando a mudanças por meio de leis fundadoras, ajustadas à cultura fundamental e aos intentos patrióticos, assentes nas línguas nacionais.

Nacionalismo ou iberismo? Havia questões referentes à Revolução política e ao Liberalismo/ constitucionalismo, e havia também questões de nacionalismo e de nacionalismos. A conjuntura política e a instabilidade económica levaram homens, cultural e politicamente esclarecidos, como Almeida Garrett, ao dilema de ou admitirem um nacionalismo forte e promissor, ou declinarem num federalismo ibérico politicamente negociado, tomando a solução menos indigna. A construção dos Estados-Nação Ibéricos foi apoiada na Cultura Escrita e na Escola. As reformas educativas reflectiam as distintas conjunturas históricas; o sentido da instrução e da escolarização beneficiou de uma evolução semântica.

**3.** A longa duração do Oitocentismo mediou entre a derrocada do Antigo Regime, imperialista e feudal, e a consolidação da Europa democrática; entre uma instabilidade económica e demográfica dependente do sector primário e uma economia aberta ao espaço-mundo, fundada na mecanização do sector secundário e na escrituração e urbanização terciárias, expansionista e hegemónica no plano financeiro; entre um humanismo de base Iluminista (neo-escolástico) e um racionalismo técnico-científico. Diversas conjunturas cruzaram transversalidades e singularidade. Para a temática que aqui nos prende, assinalem-se as seguintes:

- a) Das Invasões peninsulares à consolidação da independência política e à construção de uma base sociocultural, assente na cultura escrita, de apoio à modernização do Estado e à diferenciação entre os campos do público e do privado.

Esta conjuntura foi determinada pela primeira geração romântica, a quem ficaram a dever-se a emergência da «nação linguística», para retomarmos a acepção proposta por Herder; a nacionalização da cultura escolar; a criação de uma estrutura pedagógica e didáctica, de alcance universal para assegurar a alfabetização em vernáculo como base de comunicação, formação cívica, humanística e técnica; a cidadania como matriz do contrato Estado-Nação.

- b) A pacificação civil e o fomento de grandes investimentos, em transportes e circulação de produtos e pessoas, criando um mercado económico nacional e fazendo emergir pólos industriais, de que resultaram as primeiras concentrações proletárias e a emergência de metrópoles urbanizadas.

---

<sup>4</sup> Retomo aqui a expressão «comunidades imaginadas» consagrada por Benedict Anderson. Com ela, Anderson, inventariando e documentando com um conjunto de casos e de circunstâncias históricas, pretender significar que a combinação dos elementos linguístico-impresso com o económico e o administrativo constituiu a origem da consciência nacionalista (cf. Anderson, B., *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/ New York: Verso, pp. 37-46).

Com o urbanismo e a proletarização ganharam alento as ideias socialistas e o programa republicano. A educação e a instrução pública centraram-se na escola; ficou definido o perfil de um profissional docente normalizado e funcionário público. Estruturada e assegurada uma instrução elementar, com sede escolar, o debate concentrou-se sobre a educação secundária humanística, científica, técnica, profissional.

- c) Contudo, na transição do terceiro quartel do século XIX, a ameaça de decadência ibérica não esvanecia; a crise tardava em resolver-se.

Progressistas e regeneradores, procuravam sustentar-se no poder, congregando os sectores público e privado; republicanos e socialistas disputavam a primazia no aparelho de Estado e na politização dos públicos neo-alfabetizados. A máquina educativa e escolar desafiou a uma estrutura orgânica, hierárquica e escriturada, de que resultou uma burocracia que inspirava os sectores económico e político. A modernização administrativa e orgânica dos aparelhos de Estado gerou alianças e a partidarização da vida política. A interdependência entre os quadros interno e externo deram origem a confederações de Estados: económicas, culturais, ideológicas.

As duas nações ibéricas desenvolviam-se a ritmos diferentes, na economia, na alfabetização, na conquista de lugar na economia-mundo. Palco de *trusts* económicos, a Espanha aproximou-se do modelo alemão. A explosão económica e demográfica das periferias desenvolvidas forçava ao compromisso político com o Centro (Madrid) como motor do nacionalismo e da coesão económica e social, de que a alfabetização em castelhano e a criação de um sistema escolar nacional, modernizado e de alcance obrigatório, foram condição inadiável. Portugal distanciava-se. As taxas de alfabetização, os investimentos públicos nas ferrovias e na rede de estradas, a resolução da questão fundiária, o equilíbrio entre litoralização e interioridade, apresentavam-se como desafios sistematicamente adiados. Com a Geração de 70 e estando no horizonte a disputa entre socialismo e republicanismo, o iberismo ganhou novo significado.

4. Entre os protagonistas de cada uma destas conjunturas cruzavam os partidários da idealização de nações progressistas e independentes, e os grupos mais receptivos ao iberismo, fosse por inevitabilidade política e económica, fosse por idealização de um *modus vivendi* confederado, convergindo num horizonte social e cultural de elevada qualidade, ou fosse tão só para garantir um lugar digno e tranquilidade face à concorrência económica das grandes metrópoles e à ameaça geoestratégica dos impérios na hegemonia-mundo.

Referindo-se à Revolução que teve início no Porto, em 24 de Agosto de 1820, Julião Soares de Azevedo concluiu:

*não é um movimento popular. Não há nela uma participação activa e espontânea do elemento da população, a que os nossos cronistas teimam em chamar “arraia miúda”. Não é o povo, mesteirais e braceiros, homens das cidades e homens dos campos, que vai pelas ruas gritar a Liberdade e se coloca à frente da manifestação.*<sup>5</sup>

E quando, no mês seguinte, a Junta do Porto chegou a Lisboa, prossegue este autor com a seguinte observação:

<sup>5</sup> Azevedo, J. S., *Condições Económicas da Revolução Portuguesa de 1820* (2ª ed.). Lisboa: Básica Editora, 1976, p. 167.

*o povo não ia a S. Carlos entoar panegíricos à liberdade. Ocupava-se noutras manifestações*<sup>6</sup>. [Os governantes e os deputados eram] proprietários, comerciantes, industriais, legistas: a burguesia (...) sobre a qual pesavam, principalmente, as consequências da residência real no Brasil e o desfalecimento da indústria e do comércio.<sup>7</sup>

A Revolução de 1820, em Portugal, não teve um carácter social, mobilizando as camadas populares para a modernização e o constitucionalismo. O desígnio político do constitucionalismo submergia na procura do retorno da prosperidade comercial e industrial e na reabsorção do Brasil. O jornal de Londres *O Campeão Português*, saído a 16 de Setembro de 1820, admitia que, dadas as circunstâncias de momento, Portugal teria um de três destinos: país independente; unir-se ao Brasil; unir-se a Espanha<sup>8</sup>.

Nas memórias e relatórios apresentados às Cortes Gerais, a necessidade e as virtualidades do progresso chegaram pela voz avisada de Borges Carneiro e de Fernandes Tomás. Este último advertia:

Vós não ignorais, Senhores, que sem estradas os frutos e objectos de indústria são quase perdidos na massa geral dos interesses sociais, porque o transporte excede muitas vezes o valor das mercadorias.<sup>9</sup>

A nacionalização dos símbolos, da língua e da tradição, a descrição da tradição e a construção da história pátrias, replicando as iniciativas de outras nações, constituiu um desígnio para a primeira geração romântica e liberal. Antes mesmo da Revolução, o Morgado de Mateus tinha patrocinado a edição de *Os Lusíadas*, sob argumento «que não podia fazer cousa mais agradável á minha Patria, do que huma boa edição daquelle Poema, que he o maior monumento da gloria nacional»<sup>10</sup>. Anos depois, Jerónimo Soares Barbosa organizou uma edição anotada, destinada a fins escolares. Tinha assim lugar a reacção manifesta de nacionalizar a Epopeia e Camões, fazendo esquecer no tempo a edição monumental, de Manuel de Sousa, publicada em Madrid, no século anterior.

No início da segunda década do século XIX, haviam saído publicadas duas histórias literárias de Portugal, da autoria de Bouterwek e Sismondi, respectivamente. No entanto, quando, em 1826, Almeida Garrett desenvolvia um curso de *História Literária de Portugal*, advertiu que teve de «encetar matéria nova», porque aquelas histórias tinham erros. Referia-se sobretudo à necessidade que sentiu de resgatar o elemento celta e contraditar a exclusividade da base latino-mediterrânica da Língua Portuguesa.

Em Espanha tinham lugar iniciativas semelhantes, tendentes à determinação da raiz linguística do Castelhana. Mas, relativamente a Portugal, quando, em 1870, Teófilo Braga redigia a Introdução a *História da Literatura Portuguesa*, de que era autor, não deixou de interrogar-se sobre como vencer a indiferença geral, numa «terra aonde nada se estuda e nada se respeita»<sup>11</sup>.

---

<sup>6</sup> *Idem*, p. 171.

<sup>7</sup> *Ibidem*, pp. 174-175.

<sup>8</sup> *Apud* Azevedo, *op. cit.*, p. 186.

<sup>9</sup> *Apud* Azevedo, *op. cit.*, p. 203.

<sup>10</sup> *Apud* Cunha, C., *A Construção do Discurso da História Literária na Literatura Portuguesa do Século XIX*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos/ Universidade do Minho, 2002, p. 168.

<sup>11</sup> *Apud* C. Cunha, *idem*, p. 169

5. À urgência de superar a indiferença, inclusive face à ameaça externa, se referiu Almeida Garrett, em *Portugal na Balança da Europa*, obra publicada, em 1830, durante o exílio em Inglaterra e França. Abordando o que Portugal tem sido e o que lhe convém ser na nova ordem de coisas do Mundo Civilizado, proclamava:

*Assim estabelecida a liberdade, a liberdade verdadeira e real; e com esta condição não há que hesitar para os Portugueses na opção da proposta e forçosa alternativa. Todos daremos o derradeiro sangue pela independência nacional. Mas se a intriga estrangeira ajudada da traição doméstica prevalecerem, e nos tirarem a condição sine qua non de nossa independência, ou directamente destruindo a constituição, ou indirectamente anulando-a nos seus efeitos, como até aqui têm conseguido; então relutantes e forçados, mas deliberadamente resolutos, só nos resta lançar mão do segundo membro da alternativa, unir-nos para sempre a Espanha. (p. 320)*

Denunciava, deste modo, o temor das ameaças da Santa Aliança (Áustria, Rússia, França), a que associava a inoperância da oligarquia interna, pelo que não apenas expressava uma opinião muito positiva sobre o regime de república que os Estados Unidos da América estavam a criar e de que o Brasil mais tarde ou mais cedo se aproximaria, como abria lugar à ideia de federação.

*Aqui viria naturalmente o tratar o modo e condição com que a união deve ser feita para que menos pesada e mais vantajosa nos seja. Mas a esperança, a querida esperança, que ainda nutrimos e afaçamos de não serem constrangidos a essa extremidade, me arreda a pena do repugnante assunto. (...) Praza a Deus que não seja necessário volver a ele! Mas se for, se a oligarquia nos obriga a queimar nos altares da liberdade o palácio da independência nacional, façamo-lo com dignidade e prudência; nem sacrifiquemos de nossa glória e nome antigo senão o que exactamente for indispensável para evitar a servidão. (...) Talvez uma Federação. (...) Mas suspendamos por ora todas as reflexões sobre este objecto<sup>12</sup>.*

Garrett sentia que a revolução não tinha atingido a «massa democrática» [o povo], pelo que esta não reconhecia o pendor ideológico, nem estava em condições de avaliar o que defende. E, voltando-se para os responsáveis da história, proclamava: «Para isso é preciso ilustrá-lo de palavra e obra. De palavra, por via de escritos prudentes e assisados, de escolas e instrução. De obra, fazendo-lhe ver e sentir em seus resultados a excelência do sistema adoptado»<sup>13</sup>.

Nos anos imediatos, durante a Regência, Mouzinho da Silveira converteu em lei a desamortização e o novo quadro político e económico. No período de Regência, na Ilha Terceira, foram publicadas leis que integraram a alfabetização na modernização da administração do Estado. Com o Setembrismo (iniciado em 1836), foi já o elemento pequeno burguês e popular que saiu à rua, em defesa da Constituição de 1822 e da liberdade. Mas a ameaça de reposição do Absolutismo em Espanha e a instabilidade civil, entre partidários da Carta e partidários da Constituição, abriram lugar, em Espanha como em Portugal, ao poder moderado e à consolidação do Estado, da sociedade burguesa e do governo centralizador.

<sup>12</sup> Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa. Cartas Íntimas. Do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do Mundo Civilizado* (2ª ed.). Lisboa: Círculo de Leitores, 1984, pp. 182-183.

<sup>13</sup> Serrão, *op. cit.*, p. 12

Com o afastamento do regente progressista, Baldomero Espartero (1840-1843), muitos liberais espanhóis procuraram refúgio em Portugal, onde encontraram eco nos manifestos contra Costa Cabral, que havia subido ao poder em 1842. Em 1844, quase em simultâneo, houve sublevações em Alicante (28 de Janeiro de 1844), em Cartagena (1 de Fevereiro de 1844) e em Portugal (Torres Novas, 4 de Fevereiro de 1844). A Inglaterra estava apostada em retirar a hegemonia francesa na Península Ibérica, instaurando o livre-câmbio, mas sempre que houve sublevações em Portugal, ocorreu a repor a ordem.

As sublevações e a revolta contra o governo Costa Cabral, culminando em 1846, levaram Costa Cabral ao exílio em Madrid, onde permaneceu a partir de Maio. Foi notória a sua simpatia pelo moderantismo espanhol, protagonizado por González Bravo (1843) e Narváez (1844), e consignado na Constituição de 1845. De um e outro lado da fronteira, tinha lugar uma orientação política comum de fomento da economia através de obras públicas, reforma dos municípios, reforma do ensino. Estava eminente uma aliança político-militar para conter o poderio inglês e também francês em Portugal.

Os acontecimentos de 1848, em França, em Espanha e em Portugal, gerados em boa parte por exilados republicanos e progressistas, tiveram contudo desfechos distintos. Enquanto na França triunfava a revolução, em Espanha e em Portugal, mantinham-se as monarquias e os governos centralizadores. Com a Reforma da Carta pelo Acto Adicional de 1852, teve início um período de acalmia política. Só na década de setenta voltariam as alterações da lei fundamental.

**6.** Os três períodos de agitação revolucionária europeia (1818-1825; 1830-1834; 1848-1851) envolveram Portugal e tiveram como resultado a consolidação dos ciclos de estatização e de nacionalização na formação dos Estados-Nação. Abriam também a possibilidade de uma confederação dos Estados revolucionários da Europa de Sul (Nápoles, Piemonte, Espanha e Portugal). Por meados do século, estava em curso a generalização do ecumenismo romântico e começavam a alinhar-se as primeiras manifestações de convergência socialista no espaço ibérico. Em 1812, fora proclamada a Constituição Liberal espanhola, em Cádiz. Reposto no poder, em 1814, D. Fernando comprometeu-se a cumprir a Constituição, mas acabou por destruí-la. Em Agosto de 1820 formara-se a Junta Revolucionária do Porto, dando início à Revolução Liberal, na sequência da qual foi proclamada, em 1822, a Independência do Brasil. Após o Tratado de 25 de Novembro de 1825, ao contrário da coroa espanhola, receosa da perda das suas colónias, D. João VI reconheceu o Brasil como Estado independente.

Publicada no Brasil, em edição póstuma, a obra *Memórias Historicar, políticas e filosóficas da Revolução do Porto em 1828 de Joaquim José da Silva Maia e, dos emigrados Portugueses pela Espanha, Inglaterra, França, Bélgica*, colocava Espanha do lado do poder absoluto. Editada por Emílio Joaquim da Silva Maia, a obra de Joaquim José da Silva Maia (que foi redactor de *Imparcial*) continha uma caracterização detalhada da cidade do Porto e da influência inglesa sobre as classes activas (comerciantes, capitalistas e homens de letras). Descrevia também o percurso dos exilados no interior de Espanha, particularmente os que seguiram pela Galiza até ao Ferrol de onde embarcaram para Inglaterra. Se bem que a opinião do autor sobre a posição de Espanha relativamente aos acontecimentos de 1828, no Porto, tenha sido formulada com base na convicção de que a Corte de Madrid era partidária do absolutismo, denuncia alguns casos de perseguição aos contingentes de exilados em marcha pela Galiza.

A radicalização entre absolutistas e liberais mantinha-se no ponto de ruptura. No início da década de trinta ocorreu um movimento insurreccional contra o autoritarismo governamental.

*Um movimento insurreccional agitou, com efeito, a Espanha, nesta época, e atingiu o ponto culminante a 12 de Agosto com a chamada revolta dos sargentos da Granja, no mesmo local em que se refugiara a Corte, revolta que obrigou a rainha a prestar juramento à antiga Constituição de Cádiz e a trocar por ela o estatuto real, em vigor desde 1834.*<sup>14</sup>

Em sentido contrário, era convicção que a rebelião de Lisboa (Vilafrancada), que ocorreu em 31 de Maio de 1831, viesse a pôr cobro também à revolução liberal em Espanha, principalmente colaborando no cerco marítimo à praça de Cádiz, «primeiro foco e último bastião do liberalismo na Península, finalmente dominada, nos últimos dias do mês de Agosto, após encarniçada resistência»<sup>15</sup>. Unidos pela ideia de federalismo ibérico, os exilados portugueses e espanhóis fundaram em Paris o *Club Democrático Ibérico*, tendo cerca de 400 dos seus membros desfilado até ao *Hôtel de Ville*, aclamando a Revolução de 1848<sup>16</sup>.

Os planos de conhecimento da realidade espanhola, federalismo ou união eram simultâneos. Em 1841, António Feliciano de Castilho clamava em *Revista Universal Lisbonense* pela união e conhecimento mútuo das literaturas peninsulares. Mais tarde, a *Revista Popular* fazia permuta com duas revistas publicadas em Madrid: o *Semanário Pitoresco* e a *Ilustración*. Em 1849 foi publicado, em Badajoz, *El Frontero*, revista literária de Espanha e Portugal. Seguiu-se-lhe *Revista del Mediodia*, em que escreveram Rebelo da Silva, Lopes de Mendonça, Lobo de Ávila, Barbosa e Silva, etc.

*Desde o Outono de 1851 que a Sociedade de Instrução dos Operários, criada em Coimbra pelo visconde de Ouguela e pelo Dr. Filipe de Quental, instituíra cursos de instrução primária e secundária; pois logo no 1º curso, além da leitura e da escrita, se ensinavam os princípios gerais de geografia – ‘com especialidade a da Península’*<sup>17</sup>.

Segundo Victor de Sá, os partidários do iberismo dividiam-se entre federalistas (socialistas que defendiam uma federação de preferência republicana) e unionistas que defendiam a união dos dois países, sem qualquer condição política. Henriques Nogueira, na introdução a *Estudos* (1851), escreveu:

*Quisera que Portugal, como povo pequeno e oprimido, mas cõscio e zeloso da sua dignidade, procurasse na federação com os outros povos peninsulares a força, a importância e a verdadeira independência que lhe falta na sua escarnecida nacionalidade.*<sup>18</sup>

Casal Ribeiro, em carta datada de 4 de Outubro de 1851, afirmava: «a união peninsular não é possível, não pode ser espontânea e pacífica, lógica e racional senão sob a forma de *república federativa*»<sup>19</sup>. O socialista Pedro de Amorim Viana preferia a união

<sup>14</sup> Sá (1978, pp. 98-99).

<sup>15</sup> *Idem*, p. 68

<sup>16</sup> *Idem*, p. 286

<sup>17</sup> Carvalho, J. M., *Apontamentos para a História Contemporânea*, Coimbra, 1888. *Apud* Sá (1976, p. 212).

<sup>18</sup> Sá (1978, p. 286).

<sup>19</sup> *Idem*, p. 286.

ibérica à sujeição a Inglaterra: «Prefiramos a união ibérica à transfusão da raça britânica»<sup>20</sup>. Os meios de propagação de ideias, arbitrando entre iberismo e iberismos, ganhavam novo dinamismo. Em Dezembro de 1851, foi publicada em Lisboa a memória espanhola *A Ibéria*, proclamando “fraternidade, igualdade, união, entre Portugueses e Espanhóis” e propondo a criação da nação ibérica.

Em Portugal não circulavam livros espanhóis, e em Espanha não estava à venda um único livro português. Foi com a Geração de 1852 que passou a ser regular o intercâmbio com Espanha e teve lugar uma aproximação cultural, consubstanciada na *Revista A Península*, cujo número 1 foi publicado no Porto, em Janeiro de 1852. Publicado regularmente entre 1852/53, o periódico *A Península* abriu uma nova fase no conhecimento sobre Espanha em Portugal, informando sobre a literatura espanhola e o grau de desenvolvimento que alguns ramos da ciência social ali tinham atingido. No nº 21 (8 de Junho de 1852), Ribeiro da Costa, autor de um artigo “Sobre as Relações Literárias de Portugal com a Espanha” lamentava: «Em Portugal não há um só livro moderno espanhol impresso em alguma tipografia espanhola. O que sabemos e o que podemos haver da literatura e ciência modernas de Espanha devemos-lo às edições francesas»<sup>21</sup>. Também segundo um relatório apresentado ao governo por um professor universitário de Coimbra no mesmo ano de 1852, «nas lojas de livros de Espanha não se encontra à venda um só livro português, nem os homens lidos têm conhecimento das obras modernas de Portugal, e mesmo das antigas apenas conhecem poucas»<sup>22</sup>.

Foi a partir da geração de 1852 que começaram os contactos regulares na aproximação cultural dos dois povos peninsulares. A Geração de 70 abriu ao positivismo e encetou um discurso contra o Krausismo. Enquanto os espanhóis se abriram ao krausismo e ao proudouninismo, os socialistas portugueses revelaram-se mais sensíveis aos falanstérios de Fourier. Por contraponto, os republicanos deram novo alento ao entendimento ibérico. A partir de então, o federalismo ibérico passou a estar intrinsecamente ligado ao republicanismo.

**7.** Na primeira metade do século XIX, os acontecimentos políticos de Portugal e de Espanha tiveram lugar nos mesmos períodos e orientados em sentidos idênticos. No entanto, à transversalidade das datas e dos eventos, contrapõe-se a singularidade dos contextos e dos efeitos. Uma vez assegurada a superintendência da Universidade de Coimbra sobre a cultura e a instrução, a legislação promulgada por D. João VI foi no sentido de valorização das Províncias. Também em Espanha o Provincialismo surgia como alternativa à oposição entre centralização e federação.

Na primeira metade do século XIX, o quadro ibérico manteve-se indefinido entre provincialismo e federalismo, ainda que a primeira visão tivesse sido mais bem acolhida pelos independentistas portugueses e pelos integralistas espanhóis. De um e outro lado da fronteira, a legislação sobre a instrução pública foi orientada no mesmo sentido: submeter a Escola a uma normalização, que em Portugal foi mais dependente do Estado e ficou associada à estatalização e, em Espanha foi mais dependente da Igreja Católica e ficou associada à nacionalização; criar condições para a universalização da alfabetização em língua nacional; modelar o exercício da acção docente; fomentar a criação e edição de livros didácticos. A instrução elementar mantinha-se distinta do ensino liceal e do ensino técnico-profissional. Na

---

<sup>20</sup> *Idem*, p. 287.

<sup>21</sup> *Apud* Sá (1978, p. 214).

<sup>22</sup> *Idem*, p. 215

instituição de um currículo escolar nacional, a história pátria narrada em língua vernácula e a gramática passaram a ter um lugar de relevo.

Em Espanha, onde a escolaridade obrigatória tinha sido decretada pela constituição de 1824, por meados do século, era intenso o processo de alfabetização em língua castelhana. Em Portugal, Almeida Garrett, liberal e principal figura do romantismo português, pronunciando-se sobre a orientação do sistema escolar, proclamou que a educação ou é nacional ou despe-se de sentido. Ficou a dever-se ao poeta António Feliciano de Castilho, a criação de um Método de Alfabetização em Língua Portuguesa, o Método Portuguez, bem como a sua organização didáctica sob a modalidade de compêndio.

As duas principais reformas para a Instrução Elementar em Portugal, foram a de 1835, assinada por Rodrigo da Fonseca Magalhães e a de 1844, assinada por Costa Cabral. Consistiram, fundamentalmente, na instituição da escola como sede de alfabetização em língua portuguesa; na paroquialização da rede escolar; na fixação de um programa e de uma pragmática estruturada pela escrita caligráfica; na municipalização do agenciamento escolar; na normalização do perfil do professor primário. A Reforma de 1844, aliás, foi já uma reforma integrada dos vários segmentos de ensino e tornou obrigatória a frequência escolar. A reforma de 1836, assinada por Passos Manuel, estruturou e nacionalizou o ensino liceal. A escolarização do ensino profissional, técnico, agrícola, comercial, e sua inserção no plano geral da instrução pública, foram objecto do normativo legal de 1852, assinado por Fontes Pereira de Melo.

Com a transferência do Conselho Superior de Instrução Pública para Lisboa, passando a funcionar junto da Secretaria do Reino, não só a Universidade de Coimbra perdeu a prerrogativa de coordenação do ensino nacional, como teve lugar uma nacionalização do sistema escolar, em estruturação. Correlativamente, estava em organização uma inspecção de âmbito nacional. A legislação de 1866, fixando as normas sobre programas, desempenho profissional, construção e aprovação de edifícios escolares e abrindo lugar à iniciativa de privados e à cooperação com o Estado e com a esfera pública, em matéria de alfabetização e de escolarização, consagrou a nacionalização do sistema escolar. Nesse quadro legislativo de abertura ao capital privado, gerido e aplicado em conformidade com os regulamentos do público, se integra o legado do Conde Ferreira, benemérito público, falecido naquele mesmo ano e que deixou uma verba destinada à construção de escolas pelo todo nacional.

A escola pública em Espanha, que, no que se refere à instrução primária, foi normalizada por dois Regulamentos de aplicação nacional (*Plan y Reglamento de las escuelas de primeras letras*, de 1825, e *Reglamento de escuelas*, de 26 de Novembro de 1838, ainda em vigor no início do século XX), foi um elemento estruturante da modernização<sup>23</sup>. A génese e a primeira configuração do sistema educativo foram as manifestações mais notórias do impulso reformador do primeiro liberalismo, entre 1834 e 1857-58<sup>24</sup>. A partir de 1834 foram

<sup>23</sup> «Es evidente que la implantación de la escolaridad comporto el *take off* de una nueva cultura, la escolar, en la que la definición de los tiempos – en los planos empírico, académico y normativo – constituyó un aspecto esencial que afectaba a la redefinición de la infancia y a la invención de nuevas reglas de gobernabilidad del orden institucional de la educación formal con amplias repercusiones en las relaciones de los sujetos sometidos a las nuevas disciplinas con los contextos sociales en que construyeron sus propias identidades narrativas» (Escolano Benito, A., *La Invención del Tiempo Escolar*. In Fernandes, R. & Mignot, A. C. V., *O Tempo na Escola*. Porto: Profedições, 2008, p. 52-53).

<sup>24</sup> A colectânea *Historia de la Educación en España: Textos y Documentos* apresenta a seguinte periodização: Tomo I, Del Despotismo Ilustrado a las Cortes de Cádiz; Tomo II, De las Cortes de Cádiz a la Revolución de 1868. Cf. *Historia de la Educación en España: textos y documentos*. 2 Tomos (2ª ed.). Madrid: Servicio de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia.

criadas comissões de instrução primária provinciais, de partido e locais; a partir de 1835, institutos de ensino secundário; a partir de 1838, escolas de meninos; a partir de 1839, escolas normais para mestres. Em 1846, foi criada a Direcção Geral de Instrução Pública; em 1849, o corpo de inspectores do ensino primário; em 1858, escolas normais para mestras. A Universidade Complutense foi transferida de Alcalá de Henares para Madrid, em 1836, passando a assumir o estatuto de Universidade Central. Em 17 de Setembro de 1845, foi apresentado o plano Pidal que articulava o sistema educativo. Com base nesse Plano, em 9 de Setembro de 1857, foi apresentada a *Ley de Instrucción Pública*, também conhecida por *Ley Moyano*. O impulso reformador de teor centralista, uniformizador e que foi interrompido no período subsequente, reflectiu um progressivo recuo do laicismo face à Igreja. Em 1851, foi assinada a *Concordata*, pela qual a Igreja Católica poderia inspeccionar o ensino público e privado<sup>25</sup>. Entre 1868 e 1874, houve um esforço reformador, assinalado, entre outros aspectos, pela proliferação de institutos livres criados pelos municípios. O impulso de inovação prolongou-se pela fundação, em 1876, da *Institución Libre de Enseñanza* e criação dos primeiros jardins-de-infância; pela criação do *Museo de Instrucción Primaria*, em 1882; pela introdução das colónias escolares (1887). Não obstante este movimento, as taxas de analfabetismo mantinham-se elevadas. Num e noutro dos países ibéricos, na sequência da estatalização que assinalou a ruptura do Antigo Regime, foram desencadeadas movimentações políticas e sociais de constituição da escola nacional e de uma cultura escolar nacionalista. Por meados do século, estava em curso uma alfabetização escolar nas línguas nacionais, organizada por cartilhas maternais e estavam em aprovação leis gerais integradoras dos distintos segmentos de ensino.

**8.** As reformas sobre a educação, visando a formação de sistemas escolares integrados e de alcance nacional, sucederam-se no decurso da primeira metade do século XIX. Em Portugal e em Espanha, houve aspectos estruturais comuns e a alfabetização escolar tornou-se uma prioridade. Por meados do século, as taxas de alfabetização eram muito semelhantes nos dois países. Num e noutro, estavam alicerçadas as bases e as estruturas dos sistemas escolares nacionais; todavia, nas décadas seguintes, o avanço em Espanha foi notável. Nacionalismos e Iberismo, reconfigurando-se, sofrendo avanços e recuos, indexados a diferentes grupos e obedecendo a orientações político-ideológicas elas próprias variáveis, foram dois movimentos presentes na primeira metade de Oitocentos.

A formação dos sistemas escolares foi, no entanto, determinante no abono dos nacionalismos, não apenas na consagração das distintas línguas maternais, como criando e aplicando um currículo escolar de progressiva diferenciação. Nesse sentido, a história e o património etnográfico e literário foram fortalecidos como factores de identidade. *Os Lusíadas*, que, com Manuel de Sousa Faria, tinham sido elevados a Epopeia Ibérica, foram adequados à didáctica escolar, no âmbito da nacionalização do currículo em português.

---

Viñao Frago que sistematiza a parte mais significativa da informação histórica, abordando «La Educación en la España del siglo XX. Un análisis diacrónico», estabelece a seguinte periodização: La situación heredada (1800-1900), em que salienta o movimento reformador liberal de meados do século XIX e as transformações das décadas de setenta e oitenta; «Los inicios de la renovación y modernización educativa (1900-1931); «La II República (1931-1939) y el exilio republicano»; «La dictadura franquista y los años de la transición (1936-1977); «La restauración democrática (1977-2000)» (Viñao Frago, *Escuela para Todos. Educación y Modernidad en la España del Siglo XX*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2004: 15-130).

<sup>25</sup> Cf. Fernández Soria, *Educación en Valores. Formar Ciudadanos. Vieja e Nueva Educación*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007, p. 61.

O binómio soberania-nacionalismo sobrepôs-se ao iberismo, frequentes vezes negado pelas rivalidades ou comprometido pela política de alianças, internas e externas ao espaço peninsular. Não só, face à intrusão absolutista em nome da uniformidade do regime, foram organizados movimentos político-ideológicos de tendência socialista e federativa, como, face à inoperância das transformações políticas e à debilidade económica, os sectores mais esclarecidos se viram forçados a admitir a possibilidade de uma federação ibérica, tendo alguns outros chegado a antever o regresso à união ibérica. Até à Revolução Liberal, tinha permanecido um grande desconhecimento das culturas, das tradições e das políticas de um e outro lado da fronteira entre Portugal e Espanha. O silêncio instaurado com a Restauração da Independência veio a ser quebrado com a dominação napoleónica e posteriormente com a Revolução Liberal, cuja consolidação ficou intrinsecamente associada à nacionalização da cultura escolar e à constituição de sistemas escolares nacionais.

A abordagem da primeira metade de Oitocentos foi assim o pretexto para rever em forma breve os conceitos de romantismo, liberalismo, republicanismo, iberismo, socialismo. Foi de igual modo o motivo para ordenar, no binómio modernização/ sistema escolar, três gerações assinaladas pela mobilidade, mas distintas pela tónica de afectação: estrangeirados, exilados, emigrados. A cada uma ficou a dever-se uma orientação distinta: herdeiros da estatalização, os primeiros, entre os quais se distinguiu Mouzinho da Silveira, procuraram aplicar ao Portugal Liberal uma solução importada (anglófona ou francófona); os segundos, liberais e românticos, entre os quais se distinguiu Almeida Garrett, ficaram responsáveis pela nacionalização cultural e escolar, apostados que estavam em encontrar um lugar e um caminho para Portugal no quadro das nações liberais e progressistas; os terceiros, entre os quais pode referir-se o Conde Ferreira, aplicaram os seus capitais por forma a viabilizar as principais reformas regeneradoras, que se mantinham adiadas.